



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Ivaldo Sales Nascimento Júnior¹
Eduardo Cabral da Silva²

RESUMO

As políticas públicas educacionais são às tomadas de decisões do governo direcionadas ao ambiente escolar, as instituições educacionais que promovem o ensino-aprendizagem, que impactam diretamente no sistema educacional brasileiro. Na presente pesquisa, a análise é sobre os impactos e a influência das políticas públicas educacionais dentro das escolas e na formação de professores. A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2015 e 2020, nos sites: BVS e Scielo. O objetivo deste trabalho foi analisar a importância de políticas públicas educacionais para o sistema educacional brasileiro. Utilizando os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de março de 2021. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com menos de 5 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática políticas públicas educacionais. Diante do exposto, conclui-se que as políticas públicas educacionais são necessárias e de extrema importância para o sistema educacional brasileiro, no entanto, carecem de serem efetivadas para que o avanço na educação de fato aconteça.

Palavras-chave: Políticas. Públicas. Educacionais. Sistema. Educacional.

¹ ivaldosalesjunior@bol.com.br

² edcs.cabral@gmail.com

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata da políticas públicas educacionais e seu impactos nas instituições escolares, por se tratar de tema de extrema relevância no mundo acadêmico tendo despertado muitas pesquisas nesses sentido, assim, busca responder a seguinte pergunta norteadora: quais os impactos das políticas públicas de educação para o sistema educacional brasileiro?

A temática políticas públicas ganhou grandes proporções nos últimos tempos, ocasionando discussões de dimensão ampla, devido ao avanço da redes de comunicação e das condições democráticas por toda parte planeta. Assim, cabe iniciar com um breve resumo do que significa política pública e, a partir daí, política pública educacional (RIBEIRO et. al., 2020).

Deste modo, “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (AZEVEDO, 2003, p. 38). Política pública está relacionada diretamente com a tomada de decisões do governo, ou seja, o povo não tem a responsabilidade direta nas tomadas de decisões, pois, é representado dentro de um governo, sendo o governo o agente capaz de implementar as políticas públicas (RIBEIRO et. al., 2020).

Em se tratando de políticas públicas educacionais, apenas o conceito acima sofre uma restrição, sendo delimitado a área da educação. Políticas públicas educacionais são as ações e omissões do governo relacionadas ou direcionadas a educação. No entanto, o termo educação é um termo muito abrangente, devendo, também ser restringido quando se tratar de políticas públicas educacionais. Assim, políticas públicas educacionais têm como objetivo específico a educação escolar e, de modo geral, são aplicadas às questões escolares (RIBEIRO et. al., 2020).

As políticas públicas educacionais correspondem às tomadas de decisões do governo direcionadas ao ambiente escolar, as instituições educacionais que promovem o ensino-aprendizagem, podendo citar como exemplo de decisão, a construção do prédio, a formação docente, a matriz curricular etc. Toda a escola é atingida pelos impactos, direta ou indireta, decorrentes das políticas públicas educacionais (RIBEIRO et. al., 2020).

Os impactos da políticas públicas educacionais no sistema educacional são inúmeros já que como visto acima tem uma grande abrangência dentro do ambiente escolar, o que envolve a prática docente e a formação dos professores. Assim, as políticas públicas educacionais, num país democrático como o Brasil, deve ser tratada diferenciada de região para região, de

estado para estado e, até, de município para município, atendo uma forma federativa de educação para atender um direito do cidadão legalmente protegido (PINTO et. al., 2020).

Nesse contexto, as políticas educacionais têm um papel essencial na disposição do currículo dos cursos de

MÉTODOLOGIA

A metodologia aplicada ao presente artigo é a revisão sistemática, que apresentou as etapas dispostas no Quadro 1 abaixo. Respeitando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores

licenciatura, sendo a formação de professores pensada de acordo com o atual momento político que norteia a educação (PINTO et. al., 2020).

Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância de políticas públicas educacionais para o sistema educacional brasileiro.

das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

Quadro 1 – Etapas da Revisão Sistemática.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	Tema	Os Impactos das Políticas Públicas de Educação nas Instituições Escolares		
	Pergunta norteadora	Quais os impactos das políticas públicas de educação para o sistema educacional brasileiro?		
	Objetivo geral	Analisar a importância de políticas públicas educacionais para o sistema educacional brasileiro.		
	Estratégias de busca	<ul style="list-style-type: none"> 1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 3. Uso de metadados (filtros). 		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descritor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Políticas Públicas	12075	D011640
		Educação	4562	D004493
String de busca	Planejamento END Gestão AND Educação “Avaliação da educação” “Planejamento educacional”			
		Link		
	BVS	https://bvsalud.org/		

	Bibliotecas Virtuais	Scielo	https://search.scielo.org/	
2ª	Período de coleta dos dados	Março de 2021		
	Critérios de inclusão	3. Texto (artigos de espécie científico). 4. Publicação (2015-2021).		
	Critérios de exclusão	2. Artigos que não contemplam a temática “Políticas Públicas Educacionais”.		
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).			15
4ª	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados online gratuitos e de livre acesso.			4
5ª	Tecnologias digitais utilizadas	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	https://wordart.com/	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

Fonte: Elaborada pelos autores.

RESULTADOS

Quadro 2 – Total de documentos disponíveis nas Plataforma BVS e Scielo, obtidos por string de busca.

String de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática
Planejamento END Gestão AND Educação	BVS	168.135	199	3
	Scielo	1474	263	16
Políticas Públicas AND Formação de Professores				
“Avaliação da educação”	TOTAL	169.609	462	20
“Planejamento educacional				

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme o quadro acima demonstra, a quantidade de artigos encontrados foi 169.609 publicações científicas nas plataformas pesquisadas, destas, após a utilização de filtros, restaram

462 artigos, do quais foram realizados 20 downloads, que atenderam todos os critérios de inclusão, assim, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

Quadro 3 - Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão.

ARTIGO	AUTOR(A)	TEMA	ANO DA PUBLICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	Adir Valdemar Garcia; Jaime Hillesheim	Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais	2017	A pesquisa em desenvolvimento evidencia que, nos períodos aludidos, os PNEs e os PPAs caracterizaram-se por formalmente apresentar propostas de ampliação das políticas sociais voltadas para o combate à pobreza e à diminuição das desigualdades sociais e educacionais, a partir de diversos programas sociais, especialmente do Programa Bolsa Família. Os temas, conceitos e ações encontrados nos instrumentos de gestão analisados são problematizados à luz de referenciais da teoria social crítica.
2	Donaldo Bello de Souza; Janaína Specht da Silva Menezes	Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação	2017	Entre outras conclusões, evidencia insuficiências prescritivas relativas à integração desses PEEs à gestão estadual da educação, assim como ao seu planejamento nacional e municipal, expressão da desarticulação para com aquela política pública, cuja avaliação coloca em dúvida sua efetividade em termos do planejamento educacional local.
3	Eliza Bartolozzi Ferreira	Gestão dos sistemas municipais de educação: planejamento e	2015	Ademais, é fundamental que seja cumprido o papel nuclear do Estado, no sentido de colaborar para a superação

		equilíbrio federativo em questão		das dificuldades orçamentárias, gestonárias e pedagógicas que afligem os entes administrativos locais. Talvez assim o planejamento educacional possa contribuir para o desejado equilíbrio federativo.
4	Donaldo Bello de Souza	As veias abertas do planejamento educacional no Brasil	2020	Coerentemente ao perfil que há muito vem perseguindo, Ensaio também não perde de vista neste número a sustentação do valor da Educação internacional, seja para a difusão global do conhecimento relativo aos países alvos dos artigos publicados, seja de modo a contribuir, em particular, para a reflexão da Educação brasileira, contribuindo para a problematização e relativização dos aspectos que constituem a nossa identidade e, com isto, concorrendo para o abandono dos léxicos dominantes, dos determinismos e das preconceções, de forma a melhor possibilitar o conhecimento sobre o nosso próprio contexto e identidade sociocultural
5	Ângelo Ricardo de Souza	As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira	2019	Contudo, em geral, o Brasil tem crescido nas condições de democratização da gestão das escolas, em especial no que tange ao ambiente escolar democrático. Por outro lado, as formas de provimento democráticas da direção escolar parecem perder força, uma vez que a ênfase recai sobre a utilização de modelos menos democráticos e que enfatizam a face técnica ou a vinculação política e eleitoral do diretor escolar com o governo vigente, de forma a se tratar, ao que parece, de uma retomada de modelo patrimonialista da gestão pública no Brasil.
6	Emmanuelle Arnaud	A Coordenação Federativa do MEC	2020	Conclui-se que o MEC deve trabalhar para elevar o nível

	Almeida; Antonio Cabral Neto	no Âmbito do PAR: sinais de arranjos e regras de decisão para a gestão educacional		de conhecimento processual dos Municípios e resolver as fragilidades de seus próprios processos gerenciais.
7	Marília Fonseca; Eliza Bartolozzi Ferreira; Elisangela Alves da Silva Scaf	Planejamento e gestão educacional no Brasil: hegemonia governamental e construção da autonomia local	2020	O texto analisa, ainda, o período 2003-2015, quando uma nova gestão governamental instituiu, em 2007, o Plano de Ações Articuladas (PAR). O objetivo principal do plano é estabelecer uma cultura de planejamento nas secretarias municipais de educação e nas escolas de ensino fundamental, como instrumento para consolidar a autonomia local.
8	Suzana dos Santos Gomes; Savana Diniz Gomes de Melo	Políticas de Avaliação e Gestão Educativa: articulações, interfaces e tensões	2018	Os resultados indicam que as políticas públicas para a área a partir de 1990 possuem um eixo comum: se pautam em concepções e fins mercantis; estão imbricadas em todos os níveis de ensino; e seus efeitos têm acarretado tensões e críticas. Estas requerem aprofundamento de estudos. Chama-se a atenção para a ameaça de privatização das universidades federais, o que coloca em risco a qualidade do ensino, a condição dos professores e a própria essência e finalidade dessas universidades, subvertendo a concepção de gestão democrática.
9	Sandra Zákia Sousa; Cláudia Oliveira Pimenta	Avaliação e Gestão da Educação Infantil em Municípios Brasileiros	2018	Em conclusão exploram-se potencialidades e limites dessas iniciativas, as quais trazem pistas para apoiar a construção de avaliações potencialmente capazes de servir a um projeto educacional que dê materialidade ao direito à educação de qualidade às crianças pequenas.
10	Bernardo Mattes Caprara	Condição de Classe e Desempenho Educativa no Brasil	2020	Os resultados empíricos demonstraram a persistência dos efeitos da classe social na conformação dos rendimentos acadêmicos, ainda que coexistindo com os impactos

				das variáveis de escolarização, de trajetória individual e de caráter pedagógico.
11	Alex Vieira da Silva; Givanildo da Silva	O planejamento da educação na contemporaneidade: a visão de gestores de escolas públicas de Recife e Olinda	2019	Ficou perceptível que os gestores escolares das instituições pesquisadas não têm a mesma visão sobre o planejamento da educação apresentada nos Planos.
12	Dirléia Fanfa Sarmiento; Jardelino Menegat; Vera Lúcia Ramirez	Educação de qualidade e gestão pública: a construção do planejamento de uma secretaria de educação	2015	Os achados (decorrentes da análise do conteúdo de documentos, de observações no Diário de Campo e entrevistas) sinalizam para: o sentimento de pertença, o empoderamento e o protagonismo dos sujeitos envolvidos; a reflexão sobre a própria práxis; a (re)construção de conceitos e a revisão de concepções por meio da investigação-ação-formação; relações interpessoais facilitando o processo comunicacional e o fluxo das informações; o comportamento pró ativo na busca pela resolução de problemas; a consolidação de uma gestão focada em resultados e a qualificação dos serviços prestados
13	Wagner dos Santos; Aline de Oliveira Vieira; Bruna Jéssica Mathia; Marciel Barcelos; Juliana Martins Cassani	Avaliação na Educação Física Escolar: analisando as experiências das crianças em três anos de escolarização	2019	O processo de análise evidencia a potencialidade no uso dos diários como prática avaliativa longitudinal, pois as crianças sinalizam a maneira processual com que atribuem complexidade aos seus aprendizados, expressando as relações estabelecidas com os saberes da Educação Física, em três anos da escolarização.
14	Rika Miyahara Kobayashi; Gabriela Denise de Araújo	Avaliação do treinamento mediado por tecnologias educacionais: revisão integrativa	2017	O treinamento de enfermeiros e a avaliação de impacto em cenário de campo precisam ser desenvolvidos no Brasil sistematicamente. Este processo de avaliação deve envolver o profissional treinado e ser realizado com ênfase no suporte para

				transferência e como uma política de recursos humanos.
15	Cloves Antonio de Amissis Amorim; Sirley Terezinha Filipak; Catarina Moro; Joaquim Francisco Dias Setin	Liderança e gestão democrática na educação infantil	2016	Conclui-se que tem ocorrido avanços no campo da gestão democrática e que a participação da comunidade contribui para a transparência das decisões tomadas, mas ainda necessita ampliar o conceito de autonomia, bem como a participação das crianças. A superficialidade do conhecimento teórico sobre gestão democrática demanda formação continuada dos gestores e o permanente abandono do improvisado no exercício da função.
16	Vanda Mendes Ribeiro; Alicia Bonamino; Sergio Martinic.	Implementação de Políticas Educacionais e Equidade: regulação e mediação	2020	Conclui-se que as duas iniciativas são regidas por modelos de regulação similares, instituindo vigilância sobre ações e interações dos dirigentes e agentes implementadores, mesclando medidas educativas dos tipos burocrático e pós-burocrático. Esse modelo incorpora instrumentos, técnicas e ferramentas que implicam os atores nos objetivos prescritos, na presença de tensões, denotando capacidade de incidir nas práticas cotidianas.
17	Pedro Goergen	Educação & Sociedade e as Políticas Públicas em Educação	2019	Em termos gerais, permanece a forte impressão de que, ao longo desses últimos 40 anos da história do Brasil, a política educacional se moveu, sem centralidade, ao sabor dos interesses políticos, econômicos e ideológicos dos grupos que se sucederam no poder, sempre em prejuízo das camadas mais humildes da população.
18	Verônica Belfi Roncetti Paulino; Valdete Côco	Políticas Públicas Educacionais: vozes que emergem no trabalho docente na Educação Infantil	2016	Os dados sinalizam, no bojo das políticas públicas educacionais, que a constituição da docência na EI interage com um repertório hierárquico oficial composto

				de aspectos referentes à formação requisitada, atribuições demandadas e delineamento das carreiras, com suas políticas de reconhecimento e valorização, enfraquecendo a perspectiva da indissociabilidade do educar e cuidar nesse campo.
19	Rafael Ângelo Bunhi Pinto; Waldemar Marques; Leo Victorino da Silva.	O Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados	2020	a experiência inovadora da implementação do Parfor permite constatar a relação da Instituição com as comunidades local e regional, o compromisso com a educação e os resultados de suas práticas e de seus serviços voltados para essas comunidades, principalmente no que se refere à formação de docentes e outros profissionais da educação básica. Aponta também este artigo os limites e dificuldades de uma ação deste tipo destinada à formação docente.
20	Hosana Larissa Guimarães Oliveira; Augusto César Rios Leiro.	Políticas de Formação de Professores no Brasil: referenciais legais em foco	2019	Os resultados sugerem o protagonismo do poder executivo federal como regulador das políticas de formação de professores da Educação Básica no País, indicam esforços para articular as ações numa perspectiva sistêmica e denotam grandes desafios para tornar realidade o proposto em lei.

Fonte: Plataformas: BVS, Scielo, 2021.

Política	3	Importância da Política Educacional na Formação de Professores
Programa	2	
Educacional	2	
Pública	1	
Pedagógicas	1	
Democrático	1	
Governamental	1	
Pedagógico	1	
Formação	1	
Continuada	1	

Fonte: Elaborada pelos autores.

DISCUSSÕES

Impactos das políticas educacionais no dia a dia escolar

Como visto acima, as políticas públicas educacionais estão relacionadas com a educação escolar, para o dia a dia escolar; são as determinações do governo direcionadas para educação (RIBEIRO et. al., 2020).

A política pública mais recente e atual é o Plano Nacional de Educação, esta tem por objetivo o incremento da educação. O Plano Nacional de Educação está previsto na Constituição Federal/1988 e intenciona realizar os deveres do Estado relacionados à Educação (GARCIA; HILLESHEIM, 2017).

Assim sendo, a Constituição Federal traz, em seus artigos 208 e 214, o motivo político dos Planos de Educação. Vejamos:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade,

assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
 II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
 III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
 IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
 V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
 VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Observe que os planos de educação representam as políticas públicas educacionais, e são documentos que possuem força de lei, com base constitucional, esses documentos apresentam metas que objetivam a garantia do direito à educação de qualidade e o avanço desse direito em um determinado município, estado ou país, pelo lapso de dez anos (SOUZA; MENEZES, 2017).

Os planos educacionais necessitam considerar a realidade nacional, estadual e municipal, deste modo, é extremamente importante a realização de um diagnóstico realizado. As metas, as estratégias e as diretrizes constantes em plano educacional carecem ser definidas tendo como objetivo a melhoria da educação dentro da realidade apresentada (FERREIRA, 2015).

As políticas públicas educacionais causam alterações no dia a dia da escola, no cotidiano escolar, pois provocam alterações dentro da escola, ou seja, nos seus princípios e na sua maneira de se organizar e desenvolver o trabalho escolar, impactando diretamente nas práticas

pedagógicas dos docentes (FONSECA; FERREIRA; SCAF, 2020).

Assim, é evidente que todas as metas do Plano Nacional de Educação, respeitando a sua condição de política pública que é, está direcionada para a melhoria da educação, e assim, refletindo diretamente no cotidiano escolar, independe de serem escolas públicas, municipais, estaduais ou particulares. As políticas públicas educacionais, como leis que são, somente por este fato não mudarão a realidade de nenhuma escola, a não ser que esta comunidade escolar seja propícia a tais alterações (FERREIRA, 2015).

Como o Plano Nacional de Educação apresenta metas, essas podem ser divididas em blocos de representação, em uma análise de maneira geral. Assim, um primeiro bloco de metas seriam as metas estruturantes. As metas estruturantes (Metas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 e 11), que objetivam a garantia do direito à educação básica com qualidade, se referem à universalização da alfabetização, ao acesso e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais (ALMEIDA; CABRAL NETO, 2020).

Já, o segundo bloco de metas (Metas 4 e 8), se propõe estritamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, percurso indispensáveis para a igualdade. Assim deve ser a política pública, ou seja, deve buscar meios para

reduzir as desigualdades e proporcionar igualdade de oportunidades, através do fortalecimento dos sistemas educacionais com características inclusivas em todas as suas etapas, oportunizar acesso pleno à educação básica gratuita e obrigatória (GOMES; MELO, 2018).

Como terceiro bloco (Metas 15 a 18), temos a valorização dos profissionais da educação. Essas metas são consideradas estratégicas, pois, o sucesso das metas anteriormente citadas depende sucesso delas. Todos concordam que um efetivo de profissionais da educação, em uma escola, que estejam motivados e que sejam comprometidos com os alunos, é fator determinante para o sucesso de qualquer política educacional que procure efetivar a qualidade citada na Constituição Federal/1988 (SOUZA, 2019).

O quarto bloco (Metas 12, 13 e 14), está direcionado ao ensino superior, que, normalmente, é encargo dos governos federal e estaduais, o que não desobriga os

municípios, apenas esse nível educacional, em sua maioria, fazem parte dos sistemas federal e estaduais. Observe que professores e demais profissionais da educação que atuarão nos municípios serão formados no ensino superior, colaborando para a geração de renda, bem como, para o desenvolvimento socioeconômico da região (ALMEIDA; CABRAL NETO, 2020).

Diante do exposto, as metas propostas no Plano Nacional de Educação buscam ter suas raízes plantadas nas instituições públicas de ensino, vez que, não tem como se fazer educação sem as escolas e sem os professores (SOUZA, 2019).

Diante disto, e como já dito em linhas anteriores, o simples fato do plano ser uma lei e possuir grandes metas, não mudará realidade social. A lei para ter efetividade e eficácia dentro da sociedade é necessário que seja apropriada por todos e, para isso, deve condizer com a realidade da comunidade escolar.

Importância da política educacional na formação de professores.

ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	
ANO	ACONTECIMENTO HISTÓRICO
1912	Movimentos sociais. Primeira universidade no Estado do Paraná (duração de três anos - Universidade só era reconhecida em cidades com mais de 100.000 habitantes).
1920	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (cursos superiores de Medicina, Direito e a Escola Politécnica).
1930	Crise de 1929 (rompimento da oligarquia) e movimentos sociais da década de 1930.
1932	Universidade de São Paulo - USP, (cursos de Filosofia, Ciências e Letras).

Décadas de 1950 à 1970	Expansão das Universidades Federais
------------------------	-------------------------------------

Como visto acima, a luta pela formação superior veio agregado a movimentos sociais e foi ganhando espaço no decorrer das décadas, bem como mudando o objetivo que impulsionava a buscar o ensino superior. Assim, somente a partir de 1970, o curso superior passou a ser buscado pela exigência de se ter uma formação, em busca de melhorias na qualidade de vida e a própria busca do conhecimento (CAPRARA, 2020).

Ocorre que a instituições não acompanharam o capitalismo e, assim, com a grande demanda e um desajustamento na infraestrutura, incluindo aí, uma péssima fiscalização, ocasionou uma super defasagem na qualidade e no rendimento do ensino superior, que perdura até os dias atuais (SILVA; SILVA, 2019).

Diante de tantas mudanças ocorridas no ensino superior e relacionadas aos movimentos sociais, na década de 1960, as Universidades Federais iniciaram um movimento de deslocamento dos grandes centros urbanos para as áreas suburbanas, buscando com isso afastar os alunos militantes das grandes manifestações. Movimento contrário fez as faculdades particulares (SARMENTO et. al., 2015).

No entanto, os critérios para ingresso em uma Universidade Federal permaneceram os mesmos, ou seja, ainda faziam seleção, de modo, que a classe média, com melhor preparo, ingressava nos melhores cursos, enquanto que os cursos menos favorecidos ficavam para a classe de baixo nível. Com isso, o ensino privado ganhou espaço tendo grande ascensão (SANTOS, 2019).

Observe que o ensino superior público tem seu olhar voltado para a pesquisa. Já o ensino superior privado seu olhar está direcionado para o mercado de trabalho. Desta forma, muitas instituições privadas tentam gerar nos seus alunos o incentivo necessário para a pesquisa, o questionamento, mas muitas vezes a estrutura da instituição não é qualificada o suficiente, não se adaptando a esse método de ensino. Essas instituições, normalmente, têm como público trabalhadores e pessoas com maior idade, que não conseguiram passar no vestibular ou que não tiveram oportunidade de estudar anteriormente (KOBAYASHI; ARAÚJO, 2017).

Essa análise do ensino superior se faz necessário para compreensão do processo de formação de professores e a importância das políticas públicas educacionais para tanto. A formação do

professor é pensada com base nas políticas públicas educacionais em busca do atendimento das exigências da educação básica (AMORIM, 2016).

Assim, o aluno deve ser formado para ser um investigador, pesquisador, dentro e fora das universidades, e este conhecimento científico deve acompanhá-lo por toda sua vida. O professor pesquisador e reconhecido como tal, proporciona resultados inovadores para a instituição a qual leciona e para o dia a dia em sala de aula com seus alunos. No entanto, para que o professor pesquisador desenvolva seu trabalho com excelência é necessária uma estrutura que atenda às suas necessidades, o que muitas vezes não acontece, devido a várias limitações causadas pelas condições físicas do ambiente de trabalho (RIBEIRO, 2020).

Além de ser um pesquisado, o professor em formação necessita obter conhecimentos que atenda as exigências da educação básica, mas o que ocorre é que instituições possuem um plano de ensino totalmente defasado, formando professores inseguros que, em sua maioria, não se

CONCLUSÕES

As políticas públicas educacionais são políticas voltadas para aumentar a qualidade de ensino dentro das instituições escolares, ou seja, são elaboradas para atingir

sentem aptos a estar a frente de uma sala de aula, a dar aulas, ficando evidente a deficiência didática dos cursos de licenciatura, de modo geral (GOERGEN, 2019).

Compreende-se que a conjuntura político educacional interfere diretamente nas instituições escolares, incluindo as de curso superior, e desta maneira são direcionados para a teoria, o conhecimento essencial para a formação do professor, ficando a qualidade em segundo plano (PAULINO; CÔCO, 2016).

Assim, deve-se compreender o momento histórico em que as políticas públicas educacionais são elaboradas para, também, compreender como o sistema educacional irá efetivá-las dentro de suas realidades, buscando atender as necessidades dos alunos, através de uma formação adequada dos profissionais da educação, que não visem apenas teoria e conteúdos superficiais que não capacitam o profissional a atender a demanda que o aguardam dentro da sala de aula (OLIVEIRA; LEIRO, 2019).

o ambiente escolar e causar mudanças que elevem o ensino-aprendizagem.

Os impactos que estas políticas causam são diretos e envolvem toda a comunidade escolar, gestores, professores, alunos, pais, demais profissionais e, inclusive o próprio Estado.

O plano nacional de educação, como política pública atual, busca através de metas favorecer o ensino-aprendizagem se adequando a realidade de cada instituição escolar, inclusive interferindo diretamente na formação do professor e valorização da categoria.

No entanto, é possível observar que falta muito para que o plano nacional de educação, incluindo os planos Estaduais e Municipais, de fato se tornem realidade, sendo necessário inclusive que a

comunidade abrace o plano e se proponha a efetiva-lo. Ou seja, carecem de deixar de representar apenas uma carta com boas intenções para de fato serem realizados dentro das escolas. Além do mais, a execução destes planos necessita, também, da questão orçamentária, da disponibilidade do gestor em se comprometer em garantir verbas suficientes para a execução de tais planos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. A.; CABRAL, N., A. Coordenação Federativa Do Mec No Âmbito Do Par: Sinais De Arranjos E Regras De Decisão Para a Gestão Educacional. **Educação em Revista**, v. 36, p. 1–16, 2020.
- AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- AMORIM, C. A. A. et al. Liderança e gestão democrática na educação infantil. **Psicologia Argumento**, v. 34, n. 87, p. 333–349, 2017.
- CAPRARA, B. M. Condição de Classe e Desempenho Educacional no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, p. 1–28, 2020.
- SOUZA, S. Z.; FERREIRA, E. B. Gestão dos sistemas municipais de educação: Planejamento e equilíbrio federativo em questão. **Ensaio**, v. 23, n. 88, p. 545–566, 2015.
- FONSECA, M.; FERREIRA, E. B.; SCAFF, E. A. DA S. Planejamento e gestão educacional no Brasil: hegemonia governamental e construção da autonomia local. **Educar em Revista**, v. 36, p. 1–18, 2020.
- GARCIA, A. V.; HILLESHEIM, J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista**, n. spe.2, p. 131–147, 2017.
- GOERGEN, P. Educação & Sociedade e as Políticas Públicas em Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, e0215966, 2019.
- KOBAYASHI, R. M. Avaliação do treinamento mediado por tecnologias educacionais: revisão integrativa. **J. Health Inform**, v. 11, n. 3, p. 85–91, 2019.
- SOUZA, Â. R. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**,

Rio de Janeiro, v.27, n.103, p. 271-290, abr./jun. 2019.

PIMENTA, C. O. Avaliação e Gestão da Educação Infantil em Municípios Brasileiros. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4, p. 1277–1300, 2018.

PINTO, R. Â. B.; MARQUES, W.; SILVA, L. V. DA. O Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR em uma Universidade Comunitária: impactos e resultados. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 25, n. 03, p. 769-790, nov. 2020.

RIBEIRO, V. M.; BONAMINO, A.; MARTINI, S. Implementação de Políticas Educacionais e Equidade: regulação e mediação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 698-717, jul./set. 2020.

SANTOS, W. DOS et al. **Avaliação Na Educação Física Escolar: Analisando As Experiências Das Crianças Em Três Anos De Escolarização**. Movimento (ESEFID/UFRGS), v. 25, p. e25047, 2019.

SARMENTO, D. F.; MENEGAT, J.; RAMIREZ, V. L. Educação de qualidade e gestão pública: a construção do planejamento de uma secretaria de educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 31, n. 2, p. 313, 2016.

SOUZA, D. B. DE. As veias abertas do planejamento educacional no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 109, p. 833–842, 2020.

SOUZA, D. B. DE; MENEZES, J. S. D. S. Planos estaduais de educação: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 1–23, 2017.

SILVA, A. V. SILVA, G. O planejamento da educação na contemporaneidade: a visão de gestores de escolas públicas de Recife e Olinda. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 100, n. 256, p. 675-696, set./dez. 2019.